

principalmente como fonte de renda.

Explicou que o trabalho agrícola ocorre dentro de um sistema de interculturalidade, com troca de sementes tradicionais entre territórios e colaboração entre comunidades. Avaliou que essa experiência pode contribuir com o conselho e com outros territórios.

Também mencionou que algumas ações vêm trazendo resultados positivos, como a distribuição de mudas e a implantação de hortas no território. Apontou ainda o interesse em ampliar iniciativas relacionadas a viveiros, o que poderia fortalecer o trabalho local.

Por fim, reforçou a importância de que temas relacionados aos povos indígenas sejam sempre discutidos diretamente com as lideranças do território, garantindo sua participação nas decisões. Agradeceu à gestão anterior e destacou o apoio recebido, especialmente no desenvolvimento de projetos de hortas e cultivo de alimentos tradicionais no território.

Aloisio Areias: Agradeceu a participação de Márcio e aproveitou para apresentar os novos conselheiros: Jordano, indicada pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo/Comusan, e Paloma, eleita na Zona Sul. Comentou que será importante a participação deles, especialmente para contribuir com a interlocução sobre segurança alimentar, e convidou Jordana a se apresentar.

Jordano Roma: Agradeceu a oportunidade de participar do conselho, substituindo Isabela Davi como titular do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional. Destacou a proximidade das agendas de segurança alimentar e desenvolvimento rural e afirmou que espera contribuir, aprender, ouvir e dialogar com todos. Também saudou Solange e Felipe, desejando boa gestão.

Paloma Fuentes: Pediu desculpas por acompanhar a reunião parcialmente, devido a outro compromisso. Agradeceu a oportunidade de participar, ao Felipe e ao Aloisio pelo apoio, e se colocou à disposição para contribuir. Também convidou quem quiser conhecer o trabalho do seu território.

Solange Dias: Agradeceu a presença da Lia e convidou-a a deixar uma palavra, destacando a importância de continuar o trabalho, orientar e apoiar o grupo.

Lia Palm: Agradeceu o apoio de Solange, destacou sua torcida pelo sucesso do trabalho e elogiou a nova presidência. Ressaltou a importância de acreditar na causa, apoiar agricultores e agricultoras, e manter o foco no trabalho coletivo para fortalecer a agroecologia e tornar a cidade mais verde e produtiva.

Solange Dias: Destacou a importância da permanência de pessoas comprometidas nos conselhos e na política pública. Enfatizou que quanto mais pessoas engajadas e transparentes participarem, mais fortes serão os projetos e políticas públicas. Ressaltou o valor do tempo dedicado pelos conselheiros, a contribuição da sociedade civil, o impacto nas famílias e a preservação ambiental. Agradeceu a todos pelo empenho e reforçou a importância do trabalho coletivo para a cidade de São Paulo.

## Pauta - 6. Atualização do Programa Sampa+Rural

Felipe Oliveira: Sugeriu incluir na próxima reunião uma pauta sobre as atualizações do sistema Embrapa, explicando que trará mais detalhes posteriormente. A intenção é apresentar essas

Helen Souza: Primeiro assim, agradecer muito a Lia como representante por tanto tempo no conselho, enquanto rede de agriculturas periféricas, a gente tem muita capilaridade dentro do território da cidade. Destacou a forte participação das mulheres no conselho e na construção do plano, elogiando o trabalho em rede realizado ao longo dos anos. Agradeceu a presença de Felipe e Solange, reforçando a importância da continuidade dos trabalhos e do alinhamento com os GTs. Ressaltou também a inclusão de povos de terreiro e remanescentes afro-indígenas no cadastro do Sampa+Rural, colocando-se à disposição para contribuir e apoiar nas próximas ações, incluindo intercâmbios e formações.

Solange Dias: Sugeriu a criação de um GT para povos e comunidades tradicionais, convidando Elen para liderar o grupo com total apoio. Agradeceu a participação de todos, reforçando que a reunião foi produtiva e que a equipe permanece aberta a propostas e ajustes, destacando a importância do trabalho coletivo realizado. Encerramento com gratidão e convocação para a próxima reunião.

Esta ata foi redigida e conferida conforme registro e escuta da gravação da reunião.

Aloisio Areias Bezerra da Silva

RF: 754.453-7

Secretário Executivo/CMDRSS

Ata | Documento: [155332549](#)

São Paulo, 27 de abril de 2026.

### ATA DA REUNIÃO ON-LINE DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SOLIDÁRIO E SUSTENTÁVEL - CMDRSS

**Data:** 27/03/2026

**Horário:** 09h00 às 12h00 horas

**Plataforma - online:**

<https://teams.microsoft.com/meet/214852933927?p=gcwTEbyXSxPVCHspCM>

**Participantes:**

**Poder Público:**

- Aline Rodrigues Miyake - Suplente - SMD/CA
- Aloisio Areias - Secretário do CMDRSS
- Débora Sahyun - Titular - Departamento de Sustentabilidade Agroambiental/SAA
- Lucas Carneiro Volpato - Titular - CATI/SAAP
- Luciana Chakarian Kuanda - Suplente - SMUL
- Luiza Alegre Caballero - Suplente - SGM/SECLIMA

● Marcos Roberto de Freitas Luz - Suplente - Subprefeitura de Parelheiros

● Raquel Grillo Vettori Rodrigues - Titular - SP Turins

● Solange Aparecida Dias - Presidente - Titular - SMD/CA

● Vanessa Rocha Siqueira - Suplente - Câmara Municipal São Paulo

**Sociedade Civil:**

● André Biazoti - Titular - OSC à Agricultura Familiar

● Gino Vera Poty da Silva - Suplente - Terras Indígenas

● Helen Evelin de Souza - Suplente - Movimento Agricultura Urbana Centro/Oeste

● Jaine Pacheco dos Santos - Titular - Agricultoras Zona Sul

● Joelma Marcelino - Suplente - Agricultora Zona Leste

● Jorge Aparecido de Paula - Titular - Agricultores Zona Norte

● Paloma Fuentes - Suplente - Agricultores Zona Sul

● Pâmela Fernanda de Sousa Lucena - Suplente - CONGETUR

● Roseilda Lima Duarte - Titular - Agricultoras Zona Sul

● Tamires Araujo Firmino - Suplente - OSC a Agricultura Familiar

● Terezinha dos Santos Matos - Titular - Agricultores Zona Leste

**Convidados:**

● Felipe Oliveira - Coordenador SMD/CA

● Lia Palm - SMD/CA

● Diego Blum - AdeSampa

● Cyra Malta - SVMA

● Ana Roso - Agricultora Zona Sul

● Andréa Barreto - Município

● Bárbara Lopes - AdeSampa

● Guilherme Maruxo - Instituto Caju

● Iuri Timoner - Município

● Julia Cassa - Município

● Lais Melo - AdeSampa

● Magno Celso - Ex Conselheiro

● Marcos de Paula - Diretor/SMD/CA

● Patricia Serpe - Município

● Cristiano Gomes - Diretor/SMD/CA

- Radomir Tomitch - SMD/CA

- Raquel de Sousa -SMD/CA

#### Ausência justificada:

- Roseli Allemann - Titular - SVMA

- Solange Lajunza - Titular - CONGETUR

#### Reunião de 27/03/2026

Em 27 de Março de 2026 foi realizada a 3ª reunião ordinária da 4ª gestão do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável - CMDRSS, Biênio 2025/2027 reunião Online.

#### Pauta da Reunião - CMDRSS

##### 1. Aprovação de Atas

- Atas dos meses de maio, setembro, outubro e novembro de 2025
- Ata de fevereiro de 2026

##### 2. Programa POT - Relatos e Debate

- Relatos, questionamentos e sugestões sobre o Programa Operação Trabalho (POT)
- o Rose Duarte (Conselheira Titular - Agricultora Zona Sul)
- o Jaine Pacheco (Conselheira Titular - Agricultora Zona Sul)

##### 3. Fortalecimento Institucional e Comunicação

- Fortalecimento da comunicação entre órgãos
- Identificação institucional das hortas comunitárias
- Credenciamento de conselheiros
- Incentivo à realização de reuniões presenciais do Conselho
- o Tamires (Conselheira Suplente - OSC Agricultura Familiar)

##### 4. Grupo de Trabalho - Lei nº 17.794/2022 (Art. 48)

- Apresentação do Grupo de Trabalho
- Conceito de SAF (Sistemas Agroflorestais)
- Manejo de sistemas agroflorestais
- Estudo de caso
- Apresentação de proposta de Decreto (30 minutos)
- o Roseli Allemann (Conselheira Titular - SVMA)
- o Iuri Timoner

##### 5. Comercialização de Produtos

- Contribuição: Celso (Ex-Conselheiro)

##### 6. Programa Semeando Negócios

- Atualização do programa
- o Diego Blum (Ade Sampa)

##### 7. Informes Gerais

**Solange Dias:** Inicia a reunião cumprimentando os conselheiros e conselheiras, representantes da sociedade civil, técnicos e demais participantes presentes. Agradece a presença de todos e destaca a importância do Conselho como espaço de diálogo, participação e construção coletiva das políticas públicas voltadas à agricultura no município. Ressalta o compromisso da nova gestão em manter uma relação de escuta ativa com os agricultores e com o Conselho, valorizando as contribuições do território para o aprimoramento das ações e programas desenvolvidos pela Secretaria. Em seguida, passa para o Secretário Executivo do Conselho.

**Aloisio Areias:** Dá as boas-vindas a todas e todos os conselheiros, conselheiras e demais participantes, agradecendo a presença de todos. Em seguida, apresenta a primeira pauta da reunião para conhecimento e deliberação do colegiado,

destacando a importância da participação e da contribuição dos membros para o bom andamento dos trabalhos do Conselho. Reforça a necessidade de alinhamento entre os conselheiros para o fortalecimento das ações e decisões, e, na sequência, encaminha a pauta para apreciação e votação.

#### Pauta - 1: Aprovação das atas encaminhadas por e-mail, referente aos meses de: maio, setembro, outubro e novembro/2025 e fevereiro de 2026.

**Aloisio Areias:** Prossegue com o encaminhamento da pauta nº 1, informando que as atas referentes ao ano de 2025 foram previamente encaminhadas por e-mail aos conselheiros para conhecimento e eventuais contribuições. Questiona aos membros do Conselho se todos tiveram acesso ao material e, não havendo manifestações contrárias, coloca as atas em apreciação para aprovação.

**Lia Palm:** Solicita a palavra e destaca que, por se tratar de documentos públicos, considera necessário um prazo maior para análise das atas. Sugere, portanto, que a apreciação e aprovação sejam postergadas para a próxima reunião do Conselho, possibilitando que todos os conselheiros tenham tempo hábil para leitura e eventuais contribuições.

**Solange Dias:** Diante da manifestação da ex-presidente, concorda com a proposta de prorrogação do prazo para análise das atas e submete a sugestão à apreciação do pleno. Em resposta, os conselheiros manifestam concordância. Como encaminhamento, fica definido o reenvio das atas para nova análise, com previsão de apreciação e deliberação na reunião do mês de abril. Em seguida Solange passa para a Pauta 2.

#### Pauta - 2: Rose Duarte e Jaine Pacheco (Titulares - Agricultoras da Zona Sul)

**Relatos, questionamentos e sugestões sobre o programa. “POT” - Programa Operação Trabalho.**

**Roseilda Duarte:** Manifesta preocupação em relação aos critérios de vulnerabilidade adotados no programa, relatando caso de agricultora que teve sua solicitação indeferida sob a justificativa de não atender ao tempo mínimo sem vínculo ou benefício, critério este que, segundo aponta, não foi previamente informado no momento do cadastro inicial. Destaca que a ampliação do prazo para seis meses agrava a situação de vulnerabilidade dos beneficiários, considerando ainda o tempo necessário entre adesão ao programa e recebimento do benefício.

Aponta também a falta de clareza quanto aos critérios para distribuição de bolsistas entre as unidades, mencionando discrepâncias entre hortas urbanas e áreas rurais em relação à quantidade de beneficiários, sem explicação objetiva dos parâmetros utilizados. Solicita maior transparência nos critérios adotados, especialmente quanto à definição de vagas e sua distribuição.

Ressalta, ainda, a ausência de devolutivas claras por parte da gestão quanto à continuidade ou não das vagas, bem como os motivos para eventuais alterações, o que, segundo a conselheira, gera insegurança e dificulta o planejamento das atividades.

Por fim, destaca a importância de um tratamento mais humanizado por parte das equipes responsáveis pela gestão dos bolsistas, especialmente nos processos de desligamento, relatando queixas quanto à forma de abordagem, em desacordo com

os objetivos do programa de promover inclusão, capacitação e valorização dos participantes.

**Solange Dias:** Agradece a contribuição da conselheira Rose e esclarece que o programa está passando por um processo de transição, incluindo a revisão de aspectos da legislação e de sua operacionalização. Destaca que, em determinados momentos, a implementação ocorreu de forma experimental, o que gerou inconsistências e a necessidade de ajustes.

Informa que estão sendo promovidas revisões nos critérios e procedimentos, especialmente no que se refere à transparência, ao acompanhamento dos bolsistas e à relação com as organizações responsáveis pela execução do programa. Ressalta ainda a importância de aprimorar as ações de capacitação e o acompanhamento dos participantes após o desligamento.

Por fim, menciona que as questões levantadas estão sendo discutidas com as entidades executoras e encaminha a palavra à técnica Raquel, que acompanha mais de perto a execução do programa, para complementação das informações.

**Raquel Sousa:** Informa inicialmente dificuldades de conexão, por estar em atividade externa. Em seguida, esclarece que os critérios de vulnerabilidade do programa, especialmente o requisito de desemprego por período superior a seis meses, estão definidos desde 2023, conforme a legislação vigente do Programa POT.

Explica que esse período considera que o beneficiário já não esteja mais recebendo seguro-desemprego. Quanto ao pagamento, destaca que o benefício é realizado até o 15º dia útil do mês subsequente ao trabalhado, conforme previsto no Plano de Trabalho, podendo o primeiro pagamento demandar prazo maior. Ressalta que essas informações são apresentadas aos participantes no momento da adesão.

Pontua ainda que o Programa POT não se caracteriza como um programa assistencial, mas sim como uma iniciativa de capacitação. Em relação à quantidade de bolsistas por unidade, informa que não havia, até o momento, um critério definido, mas que essa questão está em processo de validação junto à coordenação, visando maior organização e transparência.

**Helen Souza:** Manifesta preocupação com a execução do Programa POT, a partir de observações realizadas em campo e diálogos com agricultoras de diferentes regiões da cidade. Destaca que, além dos critérios já estabelecidos, é fundamental atenção à atuação das instituições responsáveis pelo acompanhamento direto dos bolsistas.

Ressalta que, embora o programa não seja de caráter assistencial, ele representa importante apoio à agricultura urbana, especialmente em contextos de produção agroecológica, considerando as sazonalidades, dificuldades de produção e a necessidade de suporte tanto para iniciantes quanto para agricultores mais experientes.

Aponta a relevância do programa para a permanência da juventude na agricultura, bem como para o apoio a agricultores mais idosos e pessoas em situação de vulnerabilidade, incluindo bolsistas com laudos, que vêm desempenhando atividades de forma positiva.

Relata preocupação com desligamentos recentes

realizados de forma abrupta, inclusive por meio de mensagens via aplicativo, sem justificativa prévia, o que gerou insegurança e impactos emocionais nos bolsistas. Destaca ainda a dificuldade de comunicação e ausência de retorno por parte da gestão no momento das ocorrências.

Por fim, sugere a revisão dos critérios de distribuição de bolsistas, considerando não apenas a metragem das áreas, mas também o papel das hortas no território, sua função social e a incidência nas comunidades, reforçando a importância de maior cuidado, transparência e

critérios mais justos na condução do programa.

**Rose Duarte:** Complementa sua fala destacando que a preocupação central é a transparência e a adequação dos critérios de vulnerabilidade. Esclarece que o critério de seis meses de desemprego pode não refletir de forma justa a realidade de pessoas que não tiveram acesso ao seguro-desemprego, e que, portanto, enfrentam uma situação de vulnerabilidade mais acentuada.

Aponta que há casos de trabalhadores com vínculos curtos ou informais que permanecem sem qualquer tipo de assistência, o que evidencia a necessidade de um olhar mais sensível e diferenciado na definição dos critérios. Reforça, por fim, a importância de maior clareza, revisão dos parâmetros adotados e transparência nas decisões do programa.

**Magno Celso:** Cumprimenta os presentes e apresenta questionamentos sobre o Programa POT Agricultura. Inicialmente, solicita esclarecimentos quanto à duração e continuidade do programa, questionando os prazos de permanência dos bolsistas e a possibilidade de prorrogações.

Em seguida, levanta a necessidade de avaliar se o programa tem contribuído efetivamente para a permanência dos participantes na atividade agrícola, destacando a importância de vincular a capacitação à continuidade na área.

Por fim, questiona a possibilidade de criação de um modelo específico do programa voltado diretamente aos agricultores, de forma a evitar a evasão de bolsistas após o período de capacitação e garantir maior aproveitamento do conhecimento adquirido no setor agrícola.

**Guilherme Maruxo:** Relata preocupação quanto à falta de articulação no acompanhamento dos bolsistas após o desligamento do Programa POT. Informa que, ao buscar junto à entidade executora indicações de ex-participantes para oportunidades de trabalho em hortas, não obteve retorno, mesmo após reiteradas solicitações.

Destaca que a ausência de um banco de dados ou fluxo estruturado de encaminhamento compromete o aproveitamento dos bolsistas capacitados, gerando perda de oportunidades e fragilizando a continuidade das ações do programa.

**Solange Dias:** Agradece o relato e destaca a importância da questão levantada, especialmente no que se refere à continuidade dos bolsistas após a capacitação. Ressalta que o objetivo do programa é justamente promover a inserção dessas pessoas no mercado de trabalho, ampliando oportunidades e fortalecendo sua autonomia.

Informa que a Secretaria tem buscado avançar nesse sentido por meio de parcerias, como com o Sebrae e o Senar, visando ampliar a capacitação técnica

e gerar melhores condições de empregabilidade. Destaca a necessidade de criação de mecanismos, como um banco de dados ou lista de bolsistas capacitados, para facilitar a conexão entre oferta e demanda de mão de obra no território.

Aponta que há fragilidades nessa articulação, o que compromete o aproveitamento dos participantes após o período no programa, e reforça a importância de estruturar melhor essa cadeia, especialmente em regiões periféricas.

Ressalta ainda que o Programa POT não possui caráter assistencialista, mas sim de capacitação e inserção produtiva, sendo fundamental preparar os participantes para o mercado de trabalho, inclusive com conhecimentos técnicos, gestão, comercialização e responsabilidades fiscais.

Por fim, destaca a importância de ampliar as oportunidades para os bolsistas por meio de novas frentes, como feiras, espaços de comercialização, fornecimento para equipamentos públicos e outras iniciativas que fortaleçam a autonomia e sustentabilidade dos participantes no pós-programa.

**André Biazoti:** Inicia destacando a relevância do Programa POT Agricultura, ressaltando que sua atuação vai além de um programa de operação trabalho, assumindo papel estratégico no fortalecimento da agricultura urbana e agroecológica no município.

Aponta que o programa cumpre múltiplas funções, como a formação de pessoas em situação de vulnerabilidade, a inserção produtiva no setor agrícola e o apoio direto aos agricultores por meio da oferta de mão de obra, aspecto considerado essencial para a manutenção das atividades, especialmente diante do envelhecimento dos produtores e da dificuldade de reposição dessa força de trabalho.

Ressalta ainda a importância da agricultura para a cidade, não apenas do ponto de vista econômico, mas também ambiental e social, contribuindo para o abastecimento, preservação de áreas verdes e enfrentamento das mudanças climáticas. Nesse sentido, defende que o programa deve ser compreendido como uma política pública integrada entre diferentes secretarias.

Destaca o potencial do programa em incentivar a permanência de jovens na agricultura e sugere a criação de estratégias que possibilitem a continuidade desses bolsistas na atividade, como o acesso a novas áreas produtivas e políticas de apoio para sua consolidação como agricultores.

Aponta a necessidade de criação de um regulamento específico para o POT Agricultura, com critérios claros sobre distribuição de bolsistas, funcionamento do programa e regras de transição, a fim de garantir maior transparência, segurança e equilíbrio entre as unidades produtivas.

Por fim, reforça a importância de consolidar o programa como política pública estruturada, com base normativa mais robusta, garantindo sua continuidade independentemente de mudanças de gestão e fortalecendo seu papel no desenvolvimento da agricultura no município.

**Felipe de Oliveira:** Informa que assumiu recentemente a coordenação da área e que o Programa POT Agricultura foi recebido sem

critérios claros e formalizados para a distribuição de bolsistas entre os locais, sendo esta uma das principais fragilidades identificadas. Destaca que a atual gestão está estruturando e validando, junto ao gabinete, critérios objetivos de alocação, os quais serão incorporados ao plano de trabalho do programa, garantindo maior transparência, equidade e segurança nas decisões.

Esclarece que os desligamentos recentes de bolsistas ocorreram em função do término do prazo de vigência previamente estabelecido nos termos de compromisso assinados, ressaltando que essa condição já era de conhecimento dos participantes. Pontua que, apesar dos desligamentos, os locais de agricultura não perderam suas vagas, sendo estas mantidas para futura redistribuição conforme os novos critérios a serem definidos.

Reforça a distinção entre o Programa POT e outras políticas, como o Sampa+Rural, destacando que o POT tem como objetivo central a capacitação profissional, com início, meio e fim definidos. Nesse sentido, enfatiza a necessidade de fortalecimento das ações formativas, apontando que, até então, houve baixa oferta de capacitações efetivas, situação que a atual gestão busca corrigir por meio de parcerias com instituições como Sebrae, Senar, Universidade do Meio Ambiente (UMAPAZ), entre outras, além da reorganização da carga formativa prevista (quatro dias de prática e um dia de capacitação).

Aponta como principais desafios estruturais da agricultura urbana a dificuldade de comercialização da produção e a escassez de mão de obra interessada na atividade, destacando que a sustentabilidade do setor depende da geração de renda e da autonomia dos agricultores, reduzindo a dependência de programas públicos.

Informa ainda que será adotado, como referência inicial, o parâmetro de até dois bolsistas por unidade produtiva, podendo haver ajustes a partir da definição de critérios técnicos, com o objetivo de promover maior equidade na distribuição das vagas, considerando também a existência de unidades que ainda não foram contempladas.

Por fim, destaca a importância de fortalecer a articulação com os agricultores para identificação de oportunidades e encaminhamento de bolsistas ao mercado de trabalho, propondo a construção conjunta de soluções e colocando a coordenação à disposição para apoiar iniciativas que ampliem a inserção produtiva e a organização da cadeia da agricultura no município.

**Terezinha Matos:** Manifesta concordância com as falas anteriores, destacando a necessidade de maior atenção e organização no Programa POT. Aponta dificuldades na comunicação e na obtenção de informações, relatando demora nas respostas e falta de clareza sobre processos como desligamentos, reposições e novas entradas de bolsistas.

Relata a redução no número de bolsistas em sua unidade, sem reposição imediata, o que tem impactado as atividades, e reforça a importância de maior previsibilidade e transparência para os agricultores.

Ressalta que, embora seja importante promover a autonomia dos agricultores, esse processo demanda tempo, considerando o histórico de ausência de políticas públicas para o setor. Destaca ainda a dificuldade de reposição de bolsistas e a situação de participantes que, ao final do período no programa,

não possuem alternativas claras de continuidade, sugerindo a necessidade de maior apoio na transição desses casos.

Reforça a necessidade de maior apoio e planejamento para a continuidade dos bolsistas após o período no Programa POT, destacando que o prazo de dois anos é insuficiente para consolidar a formação de novos agricultores, especialmente para aqueles que ainda não possuem área própria para produção.

Ressalta que o aprendizado na agricultura ocorre, principalmente, na prática junto aos agricultores mais experientes, que exercem papel fundamental na formação dos novos participantes. Nesse sentido, aponta que a interrupção do vínculo ao final do programa pode resultar na perda de mão de obra já capacitada e no desestímulo de jovens que demonstram interesse em permanecer na atividade.

Destaca que muitos agricultores ainda não possuem condições financeiras de absorver esses trabalhadores após o término da bolsa, o que compromete a continuidade tanto do bolsista quanto das atividades produtivas. Enfatiza que o histórico de falta de apoio ao setor exige um período maior de fortalecimento até que se alcance autonomia.

Aponta ainda a necessidade de maior clareza, previsibilidade e segurança nas regras do programa, de modo a permitir melhor planejamento por parte dos agricultores. Defende que políticas como o POT Agricultura sejam fortalecidas e estruturadas de forma permanente, considerando a importância estratégica da agricultura para a sociedade.

Por fim, reforça a importância de criar condições para permanência dos jovens na atividade agrícola, evitando a perda de mão de obra interessada e garantindo a continuidade da produção de alimentos, essencial para a população.

**Felipe de Oliveira:** Solicita a palavra para complementar a discussão, destacando que o principal objetivo do Programa POT é que o bolsista, após o período de capacitação, tenha condições de permanecer no local de agricultura ou se inserir no mercado de trabalho.

Ressalta que o sucesso do programa está diretamente relacionado à capacidade das unidades produtivas de evoluírem e se tornarem geradoras de renda e emprego, possibilitando a absorção desses trabalhadores de forma autônoma. Nesse sentido, enfatiza a importância de fortalecer a comercialização da produção, como elemento central para garantir a sustentabilidade das atividades agrícolas.

Por fim, propõe a realização de um encontro específico para aprofundar o debate sobre estratégias de escoamento da produção e fortalecimento econômico dos agricultores, visando consolidar os resultados do programa.

**Magno Celso:** Destaca que o foco do Conselho deve estar no desenvolvimento da agricultura, e não apenas em aspectos sociais. Ressalta que, embora seja importante incluir pessoas em programas, o principal objetivo deve ser atender às demandas reais do setor rural, especialmente a necessidade de mão de obra, que motivou a criação do programa.

Reforça a importância de não inverter prioridades, defendendo que as decisões devem partir das necessidades do campo. Questiona a lógica de

desligamento dos bolsistas ao final do prazo, apontando que isso pode interromper processos de formação e enfraquecer a continuidade na agricultura, ao invés de fortalecê-la.

Também chama atenção para a necessidade de garantir que o conhecimento adquirido seja aproveitado e transmitido, contribuindo para o crescimento do setor. Destaca ainda que a agricultura deve ser vista de forma ampla, incluindo não apenas o grande produtor, mas também a agricultura urbana, periurbana e familiar.

Por fim, reforça que o Conselho tem papel fundamental em propor soluções que fortaleçam o rural e indica que temas como comercialização e mercado ainda precisam ser aprofundados nas discussões.

**André Biazoti:** Reforça que a agricultura urbana vai além da geração de renda, cumprindo múltiplas funções como educação ambiental, segurança alimentar, fortalecimento comunitário e enfrentamento das mudanças climáticas. Destaca que existem diferentes perfis de agricultores — inclusive aqueles que não comercializam — e que todos devem ser contemplados pelas políticas públicas.

Demonstra preocupação com um possível direcionamento que priorize apenas quem gera renda, questionando o que acontecerá com os demais perfis, como agricultores de subsistência, espaços educativos e comunidades tradicionais. Defende que a política pública de agricultura deve ser inclusiva e diversa, respeitando as diferentes realidades do território.

Critica a visão de que o agricultor deve ser tratado apenas como empreendedor, ressaltando que a agricultura envolve dimensões sociais, culturais e ambientais, e não apenas econômicas. Também aponta incoerência em exigir autossuficiência apenas dos pequenos agricultores, enquanto outros setores recebem incentivos públicos.

No âmbito do Conselho, reforça que seu papel é analisar e debater propostas trazidas pelo poder público. Sugere que a Prefeitura apresente os critérios pretendidos para o programa, para que o Conselho possa discutir de forma aprofundada, inclusive com possibilidade de criação de grupo de trabalho.

Por fim, destaca que, embora a agricultura exista independentemente do programa, iniciativas como o POT e o Sampa Mais Rural foram fundamentais para fortalecer a estrutura produtiva, melhorar as condições dos agricultores e possibilitar avanços concretos nos territórios.

**Felipe Oliveira:** Inicia esclarecendo que sua fala anterior foi interpretada de forma equivocada, reforçando que não afirmou que apenas quem gera renda será beneficiado. Pelo contrário, destaca que a gestão pretende ampliar o atendimento, incluindo hortas com funções educativas, ambientais e em equipamentos públicos, que antes não eram contempladas.

Ressalta que a questão da geração de renda está ligada à dignidade e autonomia, e não à lógica de transformar agricultores em grandes produtores ou empresas. Defende que a capacidade de gerar o próprio sustento é uma forma de empoderamento, permitindo que as pessoas tenham independência financeira e melhores condições de vida.

Na sequência, reforça pontos já apresentados anteriormente: o Conselho tem papel propositivo e consultivo, sendo essencial a participação dos conselheiros no envio de sugestões para construção dos critérios. Destaca a urgência em estabelecer regras mais claras, diante da ausência histórica de critérios, o que gerou desigualdades na distribuição de bolsistas.

Afirma que a proposta é iniciar com critérios básicos, construídos coletivamente e passíveis de ajustes, com o objetivo de promover maior equidade entre os territórios. Reconhece que esse processo pode gerar desconfortos, mas é necessário para corrigir distorções.

Também é reforçada a fala sobre a evolução do programa ao longo do tempo, destacando que muitas ideias iniciais foram concretizadas, mas que o crescimento trouxe novos desafios. Aponta que a agricultura no município é diversa e exige políticas diferenciadas, considerando as especificidades de cada território, perfil de agricultor e objetivo produtivo.

Por fim, destaca a importância do Conselho como espaço de construção coletiva, envolvendo diferentes atores e conhecimentos, e reforça que o programa precisa ser continuamente aprimorado.

**Aloisio Areias:** Encerrado o debate da pauta 2, a reunião avança para a próxima pauta de número 3.

**Pauta 3: Conselheira: Tamires (Suplente - OSC - Agricultura Familiar). Fortalecimento da comunicação institucional entre órgãos, Identificação institucional das hortas comunitárias e credenciamento de conselheiros e Incentivo à realização de reuniões presenciais do Conselho.**

**Tamires Araujo:** Destaca como principal ponto a falta de comunicação e integração entre os programas públicos (Sampa+Rural), POT, Programa Mais Verde, Coordenadoria de Agricultura) e os conselheiros da sociedade civil. Relata dificuldades práticas no dia a dia, como não saber a quem recorrer, ausência de retorno das mensagens e falta de alinhamento entre as informações repassadas pelos diferentes órgãos.

Ressalta que essa desorganização impacta diretamente o trabalho nas hortas, já que os conselheiros são responsáveis por levar informações às comunidades, mas muitas vezes não possuem dados atualizados ou confiáveis. Defende a criação de um fluxo de comunicação mais claro, com canais definidos (telefone, e-mail, referência técnica), além de maior retorno às demandas enviadas.

Apresenta também a necessidade de identificação institucional, propondo a criação de crachás para conselheiros e placas padronizadas para hortas comunitárias. Segundo ela, isso facilitaria o reconhecimento dos projetos, fortaleceria a credibilidade do Conselho e melhoraria a relação com novos agricultores e com o poder público.

Outro ponto levantado é a falta de padronização no atendimento técnico, com visitas irregulares e pouca previsibilidade, o que dificulta o acompanhamento das hortas. Também critica a forma de comunicação de desligamentos no Pote, muitas vezes feitos sem aviso adequado.

Por fim, reforça a importância de reuniões presenciais periódicas, para fortalecer vínculos, melhorar o alinhamento entre os atores e garantir

mais transparência. Destaca que o Conselho tem o papel de ser a voz das comunidades e, para isso, precisa de mais estrutura, reconhecimento e acesso à informação para atuar de forma efetiva.

**Roseilda Duarte:** Inicia dando boas-vindas à Tamires e destaca a importância do tema da comunicação. Aponta como sugestão a necessidade de existir um coordenador por território (CAE), que possa acompanhar e orientar o trabalho dos técnicos. Ressalta que não é adequado que o agricultor tenha que tratar diretamente com o próprio técnico em caso de problemas, sendo importante ter uma referência superior para mediação.

Comenta que, ao menos na zona sul, os técnicos costumam avisar previamente antes de visitar as hortas, buscando confirmar se o responsável estará presente, o que considera uma prática adequada.

Sobre a proposta de criação de crachás ou identificação formal para conselheiros, Rose se posiciona contrária. Afirma que não vê necessidade dessa formalização, pois acredita que a relação no território deve ser construída de forma mais horizontal, baseada na confiança e convivência. Para ela, o reconhecimento do conselheiro vem da atuação prática e do vínculo com os agricultores, e não de uma identificação institucional.

Destaca ainda que não busca uma posição de autoridade, mas sim representar as demandas dos agricultores. Enfatiza que o papel do conselheiro é atuar como ponte entre o território e o Conselho.

Por fim, reforça a sugestão de melhoria na comunicação institucional, especialmente com a definição clara de responsáveis por território, para que os agricultores saibam a quem recorrer em caso de dificuldades, evitando sobrecarga e desencontro de informações.

**Solange Dias:** Apresenta o Cristiano, destacando sua trajetória e experiência na construção do Conselho e na área de agricultura.

**Cristiano Gomes:** Inicia cumprimentando os participantes e contextualiza que está há cerca de 13 anos atuando na área, tendo assumido recentemente a função de diretor na Coordenadoria de Agricultura.

Em sua fala, destaca que está em andamento uma reestruturação da equipe e da organização do atendimento.

**Aloísio Areias:** Informa os responsáveis por cada região: Marcos (zona leste), Bruna (zona sul) e Gilson (zona norte), reforçando que esses são os pontos de referência para demandas nos territórios.

Destaca que, por deliberação do Conselho, foram definidas três reuniões presenciais ao longo do ano, que ocorrerão nas CAEs das zonas leste, norte e sul. As demais reuniões seguirão no formato virtual, considerando as dificuldades de deslocamento.

Informa também que todas as informações do Conselho, como datas de reuniões e documentos, estão publicadas no site oficial, garantindo transparência e acesso público. Reforça o convite para que novos conselheiros visitem a Secretaria, a fim de conhecer melhor a estrutura e funcionamento.

A coordenação se compromete a encaminhar antecipadamente o calendário anual completo, facilitando o planejamento dos membros, além de

compartilhar a estrutura atualizada da Coordenadoria e da Secretaria, com nomes e contatos dos responsáveis por área, em razão da reestruturação em andamento.

Por fim, encerra a pauta e encaminha a reunião para o próximo tema, relacionado à apresentação sobre o artigo 48 da Lei nº 17.794/2022, que será conduzida por outro participante.

**Pauta 4: Conselheira: Roseli Allemann (Titular - SVMA) Apresentação do grupo de Trabalho do Art. 48 da Lei n 17.794/2022 pelo Sr. Iuri Timoner, Conceito de SAF; Manejo de sistemas agroflorestais, Estudo de Caso; Apresentação de proposta de Decreto. (30 minutos).**

**Iuri Timoner:** Inicia agradecendo o espaço e se apresenta como agrofloresteiro e integrante de um grupo de trabalho que atua na construção da regulamentação do artigo 48 da Lei nº 17.794/2022. Explica que essa lei trata da arborização urbana, mas não contempla adequadamente as especificidades da agricultura, especialmente dos sistemas agroflorestais.

Destaca que, embora a lei tenha sido um avanço, o artigo 48 prevê que as atividades agrícolas sejam regulamentadas por decreto próprio — o que ainda não foi feito. Por isso, o grupo retomou os trabalhos e elaborou uma minuta de decreto, que já está estruturada, mas ainda precisa de validação e avanços institucionais.

Apresenta os principais pontos da proposta:

Criação de um cadastro de áreas destinadas à atividade agrícola no município;

Liberação do manejo da vegetação arbórea para fins agrícolas (como poda, corte e supressão), mediante cadastro prévio;

Definição de manejo incluindo práticas agroflorestais e silviculturais, com objetivos econômicos, sociais, ambientais e de subsistência;

Exigência de documentação básica (CPF/CNPJ, endereço, georreferenciamento, comprovação de posse, entre outros);

Garantia de que o uso da área respeite sua condição no momento do cadastro, evitando irregularidades;

Manutenção da obrigatoriedade de cumprimento das legislações ambientais (Área de Preservação Permanente-APP), reserva legal, normas estaduais e federais).

Yuri ressalta que a proposta busca reduzir a burocracia, sem renunciar ao controle e da legalidade. Também enfatiza que a agricultura urbana vai além das hortas, destacando a importância dos sistemas agroflorestais para questões ambientais como retenção de água, redução de enchentes e melhoria do solo.

Por fim, destaca que a ausência desse decreto gera dificuldades práticas para cerca de 250 agrofloresteiros no município, reforçando a urgência de avanço na regulamentação. Indica que pretende, na sequência, apresentar exemplos concretos dos impactos dessa lacuna.

**Felipe de Oliveira:** Agradece a apresentação e parabeniza o grupo pela construção da minuta do decreto, destacando a urgência da regulamentação, já que a ausência dela prejudica a agricultura no município.

Informa que será criado um grupo de trabalho na Secretaria, com prazo definido, para avançar na formalização do decreto, reforçando que a validação pelo Conselho será essencial, pois servirá como base para a construção final.

Como contribuição, aponta a importância de diferenciar os tipos de sistemas, especialmente entre silvicultura e sistemas agroflorestais, garantindo maior clareza na aplicação das regras.

Sugere que o cadastro das áreas seja vinculado ao programa Sampa+Rural, permitindo melhor integração com as políticas públicas e facilitando o acompanhamento técnico e o monitoramento das atividades.

Por fim, destaca que será estruturado um grupo intersecretarial, com participação do Conselho e de outras secretarias, para consolidar a proposta dentro de um prazo, garantindo mais agilidade no processo.

**Iuri Timoner:** Agradece o retorno do Felipe e reforça que a minuta apresentada é resultado de um processo longo, com mais de um ano de discussões mensais no grupo de trabalho.

Destaca a importância de validar as contribuições trazidas pela Secretaria dentro desse espaço coletivo, garantindo construção conjunta e alinhamento.

Informa que o grupo de trabalho se reúne mensalmente, sempre na última quinta-feira do mês, estrategicamente antes das reuniões do Conselho, e convida Felipe a participar dos encontros.

Por fim, sugere a possibilidade de uma reunião prévia para adiantar os debates, evitando sobrecarregar o tempo das reuniões formais, e se coloca aberto para alinhar isso de forma paralela.

**Cyra Malta:** Inicia esclarecendo que o artigo 48 trata de forma mais ampla das atividades agrícolas, não sendo necessário separar silvicultura de outros sistemas, pois o conceito já abrange essas práticas.

Destaca que a construção do decreto precisa estar compatibilizada com as legislações existentes, especialmente a legislação estadual, o Plano Diretor Estratégico (PDE) e outros instrumentos como o Plano Municipal de Mata Atlântica e serviços ecossistêmicos, evitando conflitos legais.

Reforça que a proposta não significa “liberação total” do manejo, mas sim uma regulamentação que equilibre produção agrícola com preservação ambiental, garantindo segurança jurídica e proteção dos territórios.

Aponta que a criação do cadastro agrícola, possivelmente vinculado ao Sampa+Rural, é um caminho adequado para organizar e monitorar as atividades.

Também destaca que essa discussão é antiga e envolve desafios históricos, especialmente relacionados à silvicultura e ao uso de áreas com espécies como eucalipto e pinus, onde há dificuldades até hoje para manejo e aproveitamento econômico.

Por fim, reforça a importância do grupo de trabalho para concluir o decreto e ressalta que a regulamentação do artigo 48 é fundamental, sobretudo para a agricultura no perímetro urbano, onde as restrições são maiores e mais complexas.

**Iuri Timoner:** Apresentou a proposta de regulamentação do Artigo 48 da Lei nº 17.794/2022, destacando que a legislação atual de arborização urbana não contempla adequadamente as práticas agrícolas, especialmente os sistemas agroflorestais. Explicou que o decreto em construção busca permitir o manejo de vegetação arbórea para fins agrícolas, mediante cadastro simplificado, garantindo segurança jurídica aos produtores.

Ressaltou que o trabalho é resultado de mais de um ano de trabalho em grupo técnico e que a ausência dessa regulamentação tem gerado dificuldades práticas, limitando o manejo e o desenvolvimento de sistemas produtivos. Apontou ainda que a agrofloresta traz benefícios ambientais, sociais e econômicos, como melhoria do solo, redução de insumos químicos e geração de renda.

Apresentou exemplos práticos que evidenciam o potencial da agrofloresta, tanto em pequena quanto em larga escala, reforçando a necessidade de regulamentação para viabilizar essas práticas no município.

**Aloisio Areias:** Encerrou a Pauta, agradeceu ao Iuri e encaminhou para a Pauta 5.

#### **Pauta 5 - Celso - Ex Conselheiro - Comercialização de produtos.**

##### **Magno Celso - Escoamento da produção agrícola**

Magno destacou a dificuldade enfrentada pelos agricultores no escoamento da produção, apontando que há perdas significativas de alimentos por falta de canais de comercialização. Segundo ele, mesmo com o apoio técnico e o esforço na produção, muitos produtos acabam sendo desperdiçados por não haver locais adequados para venda ou distribuição.

Ressaltou que essa situação compromete diretamente a geração de renda dos agricultores, tornando o trabalho menos sustentável. Citou como exemplo a tentativa de fornecimento para creches e escolas próximas, mas apontou que a burocracia exigida dificulta o acesso a esses mercados institucionais.

Como encaminhamento, solicitou apoio do Conselho e da Prefeitura para construir mecanismos que facilitem o escoamento da produção, reduzindo entraves burocráticos, especialmente considerando que os produtores já são acompanhados por programas como o Sampa+Rural.

Sugeriu ainda a criação de alternativas que permitam destinar os produtos de forma mais ágil, evitando desperdícios e fortalecendo a renda dos agricultores.

**Felipe de Oliveira -** Apresentou um panorama das ações que estão sendo estruturadas para enfrentar o problema de escoamento da produção agrícola, reconhecendo a dificuldade apontada pelos agricultores.

Informou que a Secretaria já iniciou iniciativas para ampliar os canais de comercialização, incluindo a criação de grupos de consumo, com organização de kits de produtos agrícolas para venda direta, como forma de facilitar o acesso ao mercado e reduzir perdas.

Destacou também que estão sendo realizadas articulações para estabelecer novos pontos de venda e parcerias, buscando fortalecer canais institucionais

e outras formas de comercialização. Ressaltou que esse processo está em construção e depende de organização e integração entre os produtores e o poder público.

Reforçou que há um esforço da gestão em estruturar essas oportunidades, mas que é necessário que os agricultores também se organizem para acessar esses canais, garantindo volume, regularidade e qualidade da produção.

Por fim, afirmou que a responsabilidade pela criação e fortalecimento desses canais está sendo assumida pela Secretaria, com o objetivo de viabilizar o escoamento da produção e gerar renda para os agricultores.

**Magno Celso:** Sugeriu que a Prefeitura atue de forma mais direta como intermediadora no processo de comercialização, especialmente junto a equipamentos públicos como creches e escolas.

Propôs que os próprios agricultores façam o primeiro contato com os possíveis compradores, apresentando seus produtos, e que, em seguida, a Prefeitura entre como apoio institucional, validando os produtores e garantindo maior confiança aos locais interessados.

Destacou que esse apoio institucional ajudaria a comprovar que os produtos possuem acompanhamento técnico e seguem os critérios exigidos, reduzindo a insegurança dos compradores e a necessidade excessiva de documentação.

Ressaltou ainda que esses equipamentos públicos já possuem orçamento para aquisição de alimentos, mas a burocracia e a falta de confiança dificultam a concretização das compras.

Como encaminhamento, reforçou que essa articulação da Prefeitura poderia facilitar as vendas, agilizar os processos e evitar a perda de produção, contribuindo diretamente para a geração de renda dos agricultores.

**Solange Dias:** Informou que já foram iniciadas ações práticas para melhorar o escoamento da produção, com a realização de reuniões em Parelheiros visando estruturar a venda direta para prestadores de serviço, especialmente organizações terceirizadas que atuam em equipamentos públicos.

Explicou que essas organizações possuem autonomia de compra, desde que os produtores atendam requisitos básicos, como emissão de nota fiscal e cumprimento de normas sanitárias, o que facilita a comercialização em relação aos processos mais burocráticos tradicionais.

Destacou que será implementado um projeto piloto para testar esse modelo de venda direta, identificando necessidades e ajustes, com a intenção de futuramente expandir a iniciativa para outros territórios.

Ressaltou também que há uma estratégia de ampliar os canais de comercialização aproveitando a presença de diversos serviços públicos nos territórios, aproximando produtores e compradores locais.

Além disso, mencionou a realização de ações de capacitação, incluindo formação para beneficiamento de produtos e orientação sobre processos de venda, com o objetivo de fortalecer a

geração de renda das famílias atendidas.

Por fim, afirmou que a proposta será expandida para outras regiões, envolvendo as Casas de Agricultura, e que novos avanços serão apresentados nas próximas reuniões.

**Guilherme Maruxo:** Destacou que já existe um trabalho em andamento, há cerca de um ano e meio, voltado à comercialização de produtos da agricultura junto a creches, desenvolvido em parceria com organizações e cooperativas, incluindo apoio técnico de instituições como a FIA.

Explicou que, no caso das creches, a negociação geralmente não ocorre diretamente com a unidade, mas sim com as ONGs mantenedoras, que operam sob contratos com a Prefeitura e seguem regras como licitação e tabelas de preço. Por isso, o processo de venda exige alinhamento com essas entidades e seus fornecedores.

Informou que foi realizado um levantamento detalhado das creches do município, incluindo dados sobre volume de consumo, demanda por produtos e identificação das mantenedoras responsáveis, o que pode subsidiar estratégias mais eficazes de comercialização.

Sugeriu retomar o contato com os grupos e organizações que já atuam nesse tema, como o Instituto Kairós, para aproveitar o conhecimento acumulado e evitar retrabalho.

Também mencionou iniciativas como plataformas de organização de oferta e demanda, que auxiliam no cadastro de produtos e gestão de estoque, contribuindo para estruturar melhor a comercialização.

Por fim, reforçou a importância de integrar esses esforços já existentes às novas propostas em discussão, potencializando resultados e ampliando as oportunidades de venda para os agricultores.

**Solange Dias:** Destacou a importância de integrar as políticas públicas, especialmente no que se refere à agricultura, educação e assistência social, defendendo que o próprio poder público deve priorizar a compra dos alimentos produzidos pelos agricultores apoiados pela Prefeitura.

Ressaltou que não faz sentido investir recursos na produção agrícola — com capacitação, apoio técnico e regularização — e, ao mesmo tempo, não garantir canais de comercialização dentro das próprias políticas públicas que realizam compras de alimentos.

Apontou que existem oportunidades concretas, como instituições conveniadas à assistência social, cozinhas solidárias e equipamentos públicos, que possuem autonomia de compra mediante apresentação de nota fiscal, o que pode facilitar a inserção dos agricultores nesses mercados.

Destacou também iniciativas em andamento, como o fornecimento para unidades do Armazém Solidário, já em fase de teste na zona sul, e reuniões com diferentes secretarias para alinhar estratégias de comercialização.

Enfatizou a necessidade de superar a atuação isolada entre secretarias, promovendo uma atuação integrada que considere o mesmo público atendido (famílias e territórios), aumentando a eficiência das políticas públicas.

Por fim, reforçou que a proposta é estruturar um ciclo completo — produção, comercialização e consumo — dentro do próprio município, fortalecendo a economia local, promovendo alimentação saudável e gerando emprego e renda, além de posicionar São Paulo como referência nesse modelo.

Com o encerramento desta Pauta, passamos para a Pauta 6.

### **Pauta 6: Diego Blum/ AdeSampa - Atualização do Programa Semeando Negócios**

**Diego Blum:** Iniciou informando uma conquista importante para a cidade: o programa Sampa Mais Rural - Acelerando Hortas foi reconhecido no Prêmio Sebrae Prefeitura Empreendedora, conquistando o segundo lugar na categoria de empreendedorismo rural, destacando a relevância da política pública de agricultura no município.

Atualizou também sobre a terceira edição do programa, informando que os participantes já assinaram o termo de adesão e que o início das atividades está previsto para maio de 2026, após a finalização do processo de seleção da organização executora.

Apresentou dados do edital anterior, que recebeu 155 inscrições, com maior concentração nas regiões periféricas, especialmente na zona sul (Parelheiros e Capela do Socorro), evidenciando a forte demanda nesses territórios.

Sobre o programa Semeando Negócios, destacou a prorrogação das inscrições até o dia 6 de abril, ampliando o prazo para participação. Informou ainda que o edital passou por ajustes para facilitar a compreensão, como a substituição do termo “contrapartida” por “compromisso comunitário” e “recurso” por “pedido de reconsideração”.

Por fim, colocou a equipe à disposição para esclarecimentos e reforçou a importância da participação dos interessados no processo seletivo.

**Roseilda Duarte:** Solicitou que a equipe da ADE SAMPA avalie a possibilidade de retomar o envio de e-mails de confirmação após a inscrição no programa Semeando Negócios.

Relatou que, diferentemente de edições anteriores, os inscritos não estão recebendo confirmação do envio do formulário, o que gera insegurança quanto à finalização correta da inscrição.

Destacou que tem auxiliado outros agricultores no processo e que a ausência desse retorno dificulta a conferência de documentos e o acompanhamento da inscrição.

Como encaminhamento, sugeriu que a equipe responsável pelo sistema reconsidere essa funcionalidade, pois ela contribui para maior transparência e segurança dos participantes.

**Diego Blum:** Agradeceu a contribuição da conselheira e explicou que o novo sistema de inscrições foi adotado com o objetivo de ser mais inclusivo, pois não exige login ou conta vinculada, como ocorria anteriormente com o uso do Google. No entanto, essa mudança resultou na ausência de envio automático de e-mails de confirmação.

Esclareceu que a tela final exibida após o envio do formulário serve como confirmação da inscrição, orientando os participantes a utilizá-la como referência.

Em relação à conferência dos documentos, destacou que a plataforma permite o download dos arquivos enviados, possibilitando a verificação antes da finalização e reduzindo erros no processo.

Informou ainda que a sugestão apresentada será avaliada para futuras melhorias do sistema, buscando alternativas que garantam maior segurança aos inscritos.

Por fim, reforçou o papel do Conselho como espaço de diálogo, construção coletiva e aprimoramento das políticas públicas, ressaltando que todas as contribuições serão registradas e consideradas para qualificar os serviços prestados.

**Solange Dias:** Agradeceu as informações apresentadas por Diego e solicitou que eventuais atualizações sejam compartilhadas com o Conselho, podendo ser encaminhadas também por e-mail para ampliar a divulgação entre os membros.

Na sequência, informou que surgiu uma nova pauta relacionada ao Rolê Agroecológico, incluída após o fechamento prévio da reunião.

Abriu espaço para que a conselheira Rose pudesse se manifestar sobre o tema, destacando que, a partir da fala, serão buscadas mais informações para aprofundamento e possíveis encaminhamentos futuros.

**Roseilda Duarte:** Trouxe a preocupação dos agricultores em relação ao Rolê Agroecológico, destacando que, apesar de já haver orçamento aprovado, o contexto de ano eleitoral tem dificultado os processos de seleção de organizações da sociedade civil para execução da política.

Informou que foi formada uma comissão de agricultores da sociedade civil, representando diferentes regiões da cidade, com o objetivo de dialogar diretamente com o Prefeito e demonstrar que o setor está preparado para a implementação da política.

Ressaltou a importância e a dimensão do programa, que envolve geração de renda, educação, meio ambiente e segurança alimentar, além de contribuir para o escoamento da produção agrícola. Destacou também a ansiedade e expectativa dos agricultores, muitos dos quais já se organizaram e ampliaram a produção aguardando essa iniciativa.

Apontou ainda que, diante de recentes paralisações em outras ações relacionadas ao turismo, o cenário se tornou mais urgente, aumentando a preocupação dos envolvidos.

Como encaminhamento, solicitou que o Conselho interceda para viabilizar uma agenda com o Prefeito, a fim de garantir prioridade ao programa e avançar na sua implementação.

**Solange Dias:** Informou que a Secretaria já está em diálogo sobre os temas relacionados, incluindo ajustes em estruturas e ações em andamento.

Destacou que há previsão de algumas mudanças internas nas secretarias, o que também impacta a condução dessas pautas.

Em relação à solicitação apresentada, afirmou que pode encaminhar o pedido ao secretário, para que seja avaliada a possibilidade de agendar a reunião com o Prefeito.

Por fim, se comprometeu a manter o Conselho

informado sobre os desdobramentos dessa solicitação.

**Roseilda Duarte:** Reforçou a importância da realização da reunião com o Prefeito, destacando que já existe uma comissão formada por representantes da sociedade civil preparada para esse diálogo.

Ressaltou que, embora o Conselho cumpra seu papel de representação, os agricultores sentem necessidade de maior proximidade direta com o Prefeito, visando fortalecer o vínculo institucional e a confiança na política pública.

Reconheceu as limitações da agenda, mas enfatizou o caráter urgente da demanda e a importância de viabilizar esse espaço de escuta.

**Raquel Grillo:** Esclareceu que não há indicativo de interrupção definitiva do Rolê Agroecológico, ressaltando que o programa deve ser retomado em breve.

Destacou que foi realizada uma pesquisa com agricultores, aberta tanto para participantes quanto para não participantes do programa, com o objetivo de coletar percepções e contribuições.

Informou que os dados já foram sistematizados e resultaram na elaboração de um ofício, que está sendo protocolado junto à Secretaria responsável, com propostas de aprimoramento baseadas na experiência dos últimos anos.

Por fim, reforçou a importância da participação do Conselho nesse processo, garantindo que a sociedade civil tenha voz ativa na construção e aperfeiçoamento da política pública.

### **Pauta 7. Informes Gerais**

**Solange Dias:** Informou que o programa Sampa+Rural está passando por atualizações, em função do avanço das ações e da necessidade de aprimorar alguns pontos internos da Secretaria. Destacou que as mudanças não trarão prejuízos, mas visam melhorar os resultados e a estrutura do programa, sendo posteriormente apresentadas de forma consolidada ao Conselho.

Agradeceu a participação de todos, ressaltando que a reunião foi produtiva e trouxe contribuições importantes, além de evidenciar desafios recorrentes e novas demandas que deverão ser acompanhadas.

Reforçou a importância do envio prévio de pautas para a próxima reunião, para melhor organização dos trabalhos do Conselho.

Por fim, colocou a equipe à disposição para esclarecimentos, encerrou a reunião e desejou um bom fim de semana a todos os participantes.

**Esta ata foi redigida e conferida conforme registro e escuta da gravação da reunião.**

Aloisio Areias Bezerra da Silva

RF: 754.453-7

Secretário Executivo/CMDRSS